

X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ACTA Nº 11

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro de dois mil e sete, pelas 16 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional. Estavam presentes as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados constantes da respectiva folha de registo.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente, Sr. Deputado Rui Vieira (PS) deu início aos trabalhos. Foi aprovada a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Apreciação e votação da acta n.º 9 (21 de Novembro 2007);**
2. **Apreciação e votação do Requerimento do PCP: *Solicita audição do Sr. Ministro da Agricultura a propósito da exoneração do Director Geral dos Recursos Florestais e da ordem de execução fiscal à Casa do Douro;***
3. **Apresentação e apreciação do Relatório da OCM sobre o Sector Vitivinícola;**
4. **Agenda para o Acompanhamento do QREN;**
5. **Outros assuntos:**
 - **Escrutínio parlamentar do programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia para 2008;**
 - **Plano de actividades**
 - **Expediente**

No ponto 1 da OT, relativo à **apreciação e votação da acta n.º 9**, o Sr. Deputado Agostinho Lopes (PCP) apontou uma correcção, devidamente anotada pelos serviços. De seguida, não havendo mais sugestões da parte dos Srs. Deputados, a acta foi aprovada por unanimidade.

No ponto 2 da Ordem de Trabalhos, referente à **Apreciação e votação do Requerimento do PCP: *Solicita audição do Sr. Ministro da Agricultura a propósito da exoneração do Director Geral dos Recursos Florestais e da ordem de execução fiscal à Casa do Douro,*** o Sr. Deputado Rui Vieira solicitou ao PCP o esclarecimento sobre se o 2º Requerimento, datado de 22 de Novembro, substituíra o 1º, o que foi confirmado pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes. O requerimento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Seguidamente, o Sr. Deputado Rui Vieira informou que o Sr. Ministro manifestara anteriormente disponibilidade para se deslocar à AR, sugerindo a data de 12 de Dezembro, pelas 10h, data que foi aceite pelos Srs. Deputados.

No ponto 3 da Ordem de Trabalhos, relativo à **Apresentação e apreciação do Relatório da OCM sobre o Sector Vitivinícola**, esta foi adiada devido ao facto de o referido Relatório não se encontrar, ainda, finalizado.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No ponto 4 da Ordem de Trabalhos, sobre a **Agenda para o Acompanhamento do QREN**, o Sr. Deputado Rui Vieira deu a palavra ao GP do PSD, autor do documento em apreciação. O Sr. Deputado Almeida Henriques (PSD) começou por recordar o empenho do GP do PSD em acompanhar o QREN, nomeadamente através das propostas de criação de uma Comissão Eventual e, posteriormente, de uma Subcomissão. Não tendo sido concretizadas estas propostas, o Sr. Deputado referiu a importância de o plenário da CAEIDR acompanhar esta matéria, apresentando, nesse sentido, a proposta constante do documento.

O Sr. Deputado Jorge Seguro (PS) referiu a importância de o acompanhamento do QREN se efectuar ao longo dos seus 7 anos de operacionalização, e a necessidade de se ter em consideração que a actividade da CAEIDR abrange 3 ministérios. Em síntese, sugeriu remeter a proposta do PSD para o plano de actividades da Comissão, a elaborar e aprovar posteriormente.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes, por seu turno, considerou que a proposta do GP PSD se deveria aprovar já, para começar a operacionalizá-la, sendo posteriormente integrada no plano de actividades quando este for aprovado.

O Sr. Deputado Almeida Henriques saudou os GP do PS e OCO pela disponibilidade de integrar o acompanhamento do QREN na agenda da CAEIDR. Sugeriu 1) aprovar imediatamente a proposta em apreciação (integrando-a, oportunamente, no Plano de Actividades da Comissão quando este for aprovado) e 2) priorizar a Audição dos Gestores dos Programas Operacionais Temáticos e Regionais.

O Sr. Deputado Rui Vieira subscreveu a importância de efectuar audições, conforme referido anteriormente, com prioridade para as audições dos PO Temáticos, e numa segunda fase aquelas referentes aos PO Regionais.

Solicitou, ainda, os contributos dos GP para, através dos respectivos Coordenadores, articular propostas para o plano de actividades até à reunião seguinte da Comissão e submeter a votação em plenário da Comissão onde não for conseguido um consenso. Igualmente, solicitou aos Srs. Deputados Miguel Ginestal e Mendes Bota o contributo em matéria de agricultura e turismo, respectivamente.

A proposta foi aceite pelos Srs. Deputados.

No ponto 5 da Ordem de Trabalhos, relativo a outros assuntos, começou por se analisar o ofício para a CAE no âmbito do **Escrutínio parlamentar do programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia para 2008**. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que a CAEIDR não se deve pronunciar sobre o seu acordo ou desacordo em matéria de conteúdos considerados estratégicos na Estratégia de Lisboa. Os Srs. Deputados concordaram, tendo sido aprovada a alteração da redacção desse ponto, ficando registada apenas a *tomada de conhecimento* da Comissão das referidas matérias.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Seguidamente, foi analisada a listagem de entidades a ouvir em audição no âmbito das questões de licenciamento comercial, tendo sido apreciada a listagem apresentada pelo PCP, que o Sr. Deputado Rui Vieira deu indicação de distribuir aos GP, bem como a listagem das entidades ouvidas em 2004.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou o consenso de ser efectuada uma única audição, conjunta, das entidades envolvidas na matéria. Adicionalmente, realçou a urgência de efectivar essa audição, no âmbito da apreciação da Assembleia da República à execução da Lei n.º 12/2004, tendo, igualmente, em conta os eventuais trabalhos preparatórios do Governo de revisão dessa mesma Lei.

O Sr. Deputado Almeida Henriques concordou ser mais profícuo efectuar uma única audição, conjunta. Considerou ser importante a Assembleia da República pronunciar-se no âmbito da avaliação da Lei n.º 12/2004, conforme previsto na Lei. Igualmente, considerou ser importante ouvir em audição a tutela – Ministro da Economia e da Inovação e Secretário de Estado do Comércio – bem como o Grupo Técnico responsável pela elaboração do Relatório.

Ainda no ponto relativo aos outros assuntos, o Sr. Deputado David Martins (PS) usou da palavra para informar a Mesa e os Srs. Deputados que na reunião seguinte da CAEIDR apresentaria o relatório intercalar da Petição 394/X/3.^a, onde constaria a proposta de efectuar um conjunto de audições para além da obrigatória ao peticionante.

O Sr. Deputado Rui Vieira colocou à consideração da Comissão o ofício a remeter ao Presidente da Assembleia a solicitar a prorrogação do prazo de apreciação do Projecto de Lei n.º 331/X/2.^a, que teve a concordância dos Srs. Deputados.

De seguida, foi analisado o expediente, tendo o Sr. Deputado Agostinho Lopes dado conta da necessidade de responder a um pedido efectuado por uma sociedade de advogados no sentido de dispor do relatório de avaliação da Lei n.º 12/2004. O Sr. Deputado Rui Vieira considerou não haver qualquer impedimento nessa matéria, tendo os serviços de apoio à Comissão ficado responsáveis por enviar o supra-referido relatório ao remetente em apreço.

A reunião foi dada por encerrada pelas 17 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Lisboa, 4 de Dezembro de 2007.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Rui Vieira)